

Dívida externa:

BRASIL TERÁ TRINTA ANOS PARA PAGAR US\$ 52

Depois de três anos de negociação, o acordo da dívida externa brasileira, coordenado pelo presidente do Banco Central Pedro Malan, foi fechado ontem. O País pagará, em 30 anos, US\$ 52 bilhões, com um desconto de 20% em média. Uma manobra dos negociadores brasileiros anulou a ameaça da família Dart, que detém títulos da dívida brasileira e não concordava com o desconto. Os Dart ameaçavam pedir que o Brasil fosse denunciado internacionalmente por falta de pagamento.

O acordo que o Brasil finalizou é o maior e mais complexo de todos os que foram negociados pelos países em desenvolvimento durante a crise da dívida. Várias pessoas envolvidas na operação praticamente não dormiram nos últimos três dias.

A operação que colocou o acordo em vigor consistiu da confirmação eletrônica, credor por credor, da troca dos instrumentos da dívida velha pelos da dívida nova, de acordo com a escolha feita por cada banco, segundo o menu de seis opções que o governo brasileiro e o comitê acordaram em 9 de julho de 1992.

A confirmação da troca dos papéis foi feita através do Euroclear, a câmara de compensação internacional de títulos, localizada em Bruxelas. Os cerca de US\$ 2,8 bilhões em títulos do Tesouro dos Estados Unidos que servirão como garantia inicial de alguns dos novos instru-

mentos da dívida brasileira tinham sido transferidos, no início da semana, para a custódia do Banco de Pagamentos Internacionais (BIS), "o banco central dos bancos centrais", sediado em Basileia, Suíça.

O acordo reduzirá as obrigações externas do País em 20% em média e estenderá por 30 anos os pagamentos, a juros fixos na maioria dos novos papéis da dívida e taxas favoráveis. O Banco Central está preparado para uma possível ação judicial de Kenneth Dart.

O acordo de normalização das relações com os credores permitirá ao Banco Central buscar remuneração mais alta para as reservas de divisas brasileiras. Elas estão há anos depositadas no BIS, que paga juros baixos, para ficarem protegidas de ações de default de credores.

Em Brasília, o chefe de gabinete do ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, disse que "agora vamos passar à fase de atrair capital externo". Segundo Amaral, essa nova etapa depende da estabilização econômica. Mas o chefe de gabinete entende que até nesse aspecto o acordo tem um grande virtude: "O equacionamento da questão externa vai criar um clima favorável à administração do plano econômico".

Amaral disse que agora não se espera mais um estrangulamento na área cambial nem se tem mais dúvidas sobre a capacidade de pagamento do País.

Para o governo, agora o País passará à fase de atrair capital externo.

BILHÕES, COM UM DESCONTO DE 20% EM MÉDIA.

7 6 ABR 1994

acordo fechado.